



# **A indústria vitivinícola e o desenvolvimento regional no RS: uma abordagem neoinstitucionalista da imigração italiana aos dias atuais**

Cláudio Vinícius Silva Farias<sup>1</sup>

## **Resumo**

O presente artigo é o produto parcial de um processo de pesquisa que está sendo desenvolvido com o intuito de analisar os elementos formadores da indústria vitivinícola do Rio Grande do Sul (RS). Em termos metodológicos, o pano de fundo deste trabalho é o conjunto de conceitos e formas de pensar o desenvolvimento econômico regional, a partir da escola da Nova Economia Institucional (NEI), em especial sob a ótica de Douglass North. Para tanto, percorremos o caminho histórico do início da imigração italiana, marco do surgimento das primeiras instituições privadas produtoras de vinho no RS. O surgimento do setor se deve ao estoque de conhecimento, bem como o aprendizado coletivo oriundo do trabalho dos colonos italianos em solo gaúcho, que influenciou na elevação da região à maior produtora de uvas e vinhos do Brasil (cerca de 90% da produção vitivinícola do país atualmente é oriunda do RS). Tais fatores possibilitaram o surgimento de processos de *catching up*, ou seja, reduções da distância tecnológica local com a fronteira tecnológica internacional, forçados principalmente pelas dificuldades climáticas da região e pelo aumento da competitividade nos mercados internacionais.

---

Recebimento: 31/7/2008 • Aceite: 15/3/2009

<sup>1</sup> Mestrando em Economia - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade do Vale do Sinos - UNISINOS. End: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Avenida Ramiro Barcelos 2777 Santana 90035-007 - Porto Alegre, RS - Brasil. E-mail: cvsfarias@hotmail.com.

**Palavras-Chaves:** setor vitivinícola; desenvolvimento econômico; Nova Economia

## **The wine industry and regional development in RS: an approach of neoinstitutionalism of italian immigration to the present day**

### **Abstract**

This article is the product of part of a process of research that is being developed with the aim of analyzing the elements of trainers wine industry of Rio Grande do Sul (RS). In terms of methodology, the backdrop for this work is the set of concepts and ways of thinking regional economic development, from the school of the New Institutional Economics (NIS), especially from the perspective of Douglass North. For that, come the way of historical beginning of Italian immigration, March emergence of private institutions of the first producing wine in RS. The emergence of the sector is due to the stock of knowledge and the learning comes from the collective work of Italian settlers in soil gaúcho, which influenced the lifting of the region to the largest producer of grapes and wines of Brazil (about 90% of the production of wine country is currently come from RS). These factors enabled the emergence of cases of catching up, or reductions in local technological distance with the international technological frontier, mainly forced by the difficulties climate of the region and the increasing competitiveness in international markets.

**Keywords:** New Institutional Economic; Wine Industry; Economic Development.

## Introdução

A idéia principal deste artigo é apresentar os elementos formadores da indústria vitivinícola do Rio Grande do Sul (RS). Para tanto, percorremos o caminho histórico do início da imigração italiana, marco do surgimento das primeiras “empresas” produtoras de vinho no estado. O papel dos imigrantes como um todo no processo de industrialização gaúcho é bem difundido pela historiografia econômica. Nossa intenção é levantar alguns primeiros questionamentos relativos a constituição de instituições que fomentaram e alicerçaram o crescimento do setor vitivinícola em especial.

Em termos metodológicos, o pano de fundo deste trabalho é o conjunto de conceitos e formas de pensar o desenvolvimento econômico (ou até seu subdesenvolvimento), a partir da escola da Nova Economia Institucional (NEI), em especial o trabalho de Douglass North.

Ao fazermos um levantamento do paralelo do surgimento da indústria vitivinícola no RS e os processos de imigração, principalmente procedentes das diversas regiões da Itália, verificamos o quão apropriado é a utilização dos recursos lançados pela NEI. O surgimento deste setor no RS se dá por uma questão eminentemente de costume e tradição dos imigrantes da região do Vêneto e da Lombardia, regiões reconhecidamente produtoras de vinhos na Itália, e que se caracteriza, não somente no setor vinícola, mas em diversos outros segmentos industriais, pela existência de pequenas firmas, focadas na produção regional. Também, importa ressaltar que estes imigrantes trouxeram consigo hábitos culturais e sociais altamente vinculados ao associativismo, que posteriormente viria introduzir no RS o germe dos sistemas cooperativados de produção, muito semelhantes a estrutura das guildas profissionais na Idade Média<sup>2</sup>. Outra característica das

---

<sup>2</sup> Putnam (1996: 137) afirma: “Com a evolução da vida comunal, artesãos e comerciantes criaram guildas para mútua assistência, com fins não apenas sociais mas também estritamente profissionais. O mais antigo estatuto de guilda é o de Verona, que data de 1303, mas certamente foi copiado de algum outro estatuto bem mais antigo. Eis algumas das obrigações dos membros: ‘assistência fraternal em todo tipo de necessidade’ e ‘obrigação de oferecer ajuda em caso de doença’. ‘A violação dos estatutos implicava boicote e ostracismo social’. Nossa tese neste artigo considera que não apenas aspectos tecnológicos foram “importados” com a vinda dos imigrantes italianos, mas também aspectos sócio-culturais que moldaram as organizações e as instituições da região nordeste do estado, marcando-as de forma distinta das demais regiões do RS. No entanto, devemos compreender que o imigrante italiano que veio para o Brasil possui uma característica marcadamente distinta do que Putnam apresenta em sua obra, visto que pelos inúmeros problemas sociais, econômicos e políticos (que trataremos ao longo

empresas italianas “importada” para as empresas coloniais de vinho é a permanente especialização da produção, que acabou por acelerar o progresso tecnológico na região, bem como o crescimento das empresas.

Em boa parte, percebe-se que o crescimento do setor ao longo do tempo pode ser agrupado pela ação (conjunta ou isolada) de três agentes distintos, em épocas diferentes: a) no início da colonização italiana, o surgimento/crescimento do setor pode ser atribuído ao trabalho e conhecimento técnico acumulado dos imigrantes, a própria política do Estado Imperial e Provincial, que possibilitaram a vinda desses imigrantes como parte de um projeto geopolítico para a região sul do país; b) nas primeiras décadas do século XX, cresce o papel do apoio institucional do estado, principalmente com a importação de mudas de videira e a constituição do Sindicato Vinícola (posteriormente Instituto Rio-grandense do Vinho), responsável pelas primeiras pesquisas voltadas à melhoria dos insumos e da produção de vinhos; c) formação de associações de empresas produtoras do setor, principalmente a partir da década de 80, com o intuito de pressionar o estado para a formação de políticas de regulamentação da produção, ampliação do mercado interno e pela instituição de políticas de proteção do produto nacional frente a crescente competição, no mercado interno, com produtos importados; d) ação conjunta das associações de produtores e estado na constituição de uma política única de apoio às exportações, principalmente a partir do final dos anos 90.

Partiremos de alguns conceitos principais da Nova Economia Institucional, a fim de alicerçar a nossa análise da historiografia econômica, principalmente no que tange aos processos imigratórios da Itália para o Brasil, em especial para o RS. Com este processo de análise, procuraremos demonstrar que o desenvolvimento do setor vitivinícola do RS (bem como da região nordeste do estado) está estritamente vinculado ao desenvolvimento de instituições que promoveram a alavancagem do setor, através de uma estrutura de incentivos à interação política, social e econômica dos agentes envolvidos no processo de desenvolvimento regional/setorial. Por fim, apresentaremos alguns dados atuais do setor, que evidenciam a importância do mesmo no cenário econômico do RS e do Brasil.

---

do trabalho), tais imigrantes constituíam-se em uma parcela consideravelmente marginalizada, inclusive de processos cívicos, democráticos e participativos, que trata o autor em sua obra.

## Notas sobre a Nova Economia Institucional e o Desenvolvimento Regional

A obra de Douglass North centra-se em explicar como as instituições (e as suas sucessivas mudanças) afetam a economia. Para North (1990), as instituições existem como forma de reduzir as incertezas que resultam da interação humana. Tais incertezas constituem o cerne dos mercados (mercados estes marcados pela racionalidade limitada dos agentes e por sua complexidade intrínseca), e sua existência acarreta custos na economia (COASE,1937) que, para North, somente são minimizados a partir do surgimento de instituições. Assim, instituições reduzem incertezas na medida em que se constituem em um guia para a interação humana.

Para Douglass North, “as instituições são as regras do jogo em uma sociedade<sup>3</sup>, ou mais formalmente, são as limitações idealizadas pelo homem que dão forma as interações humanas. Elas geram estruturas de incentivos à interação humana, seja na forma política, social ou econômica (North, 1996). Têm-se limitado às primeiras palavras da definição de North, desprezando-se, às vezes, a relevância de que as instituições são idealizações humanas que dão forma aos seus processos de interação. Não são apenas regras, mas também sistemas de estímulos à interação. Esses sistemas de estímulos conformam as instituições políticas e econômicas, o que os torna determinantes fundamentais do desempenho de uma região ou setor, no longo prazo.

Talvez esta seja uma das grandes diferenciações do modelo de análise institucionalista de North e o *mainstream* neoclássico: as escolhas individuais dependem de crenças, e essas são uma consequência do aprendizado cumulativo que se transmite culturalmente de geração a geração; o tempo é a dimensão em que o processo de aprendizagem dos seres humanos modela a evolução das instituições (AREND e CÁRIO, 2004).

Segundo North (apud AREND e CÁRIO, 2005), as instituições, juntamente com a tecnologia empregada influenciam os custos de produção e de transação. Necessitam-se recursos para transformar fatores de produção (terra, trabalho e capital), e essa transformação é uma função da tecnologia empregada; no entanto, a forma de acesso a estes recursos (em geral financeiros), bem como o grau de facilidade

---

<sup>3</sup> Cabe ressaltar que para o autor, tais limitações dão forma a interação humana (instituições) podem se dar tanto de maneira formal (regulamentações, leis, contratos etc), como também informal (normas de costume, tradições sociais, culturais, religiosas etc).

na obtenção dessas tecnologias (sem falar no regramento das relações de trabalho) é influenciado pela estrutura das instituições. Afetará os custos de transação pela conexão direta entre instituições e custos de transação. Mas, afetará também os custos de transformação, por influir na tecnologia empregada.

É por isso que as organizações<sup>4</sup>, para North, têm papel-chave para a mudança institucional, pois elas são construídas com base em “crenças”, que determinarão as recompensas esperadas dos empresários (que para o autor podem assumir duas categorias: políticos e econômicos), fundamentais para a mudança econômica. Esse conhecimento, ao menos em um tempo presente, é formado pelo aprendizado coletivo, e esse processo de aprendizagem determinará a mudança institucional, necessária ao desenvolvimento econômico.

Essa influência das instituições sobre os custos de produção e transação define, na visão de North, a estrutura industrial de um país ou região. Para ele, regiões do Terceiro Mundo carecem de uma estrutura institucional mais formal, que conduza a mercados eficientes. Para North (1990), há nos países de Terceiro Mundo a proeminência de setores informais (constituindo-se em verdadeiras economias subterrâneas), que se esforçam em proporcionar certa estrutura de intercâmbio. Esta estrutura tem custos elevados devido a falta de salvaguardas formais ao direito de propriedade. Para o autor, o pior é que este débil marco institucional determina uma estrutura básica de produção que tende a perpetuar o subdesenvolvimento.

A análise dos processos históricos é, para North, indispensável para se entender o desenvolvimento econômico, enquanto processo de construção da própria histórica. A história da evolução das instituições servirá para o autor responder às seguintes perguntas: “Como explicamos a sobrevivência de economias com desempenho persistentemente baixo durante longos lapsos de tempo? [...] O que explica a sobrevivência de sociedades e economias caracterizadas por um mau desempenho persistente? [...] Por que persistem as economias relativamente ineficientes?” (North, 1996, p. 121-22).

Segundo North (1996, p. 124), as economias são caracterizadas pela existência de mercados imperfeitos, dadas as dificuldades de se

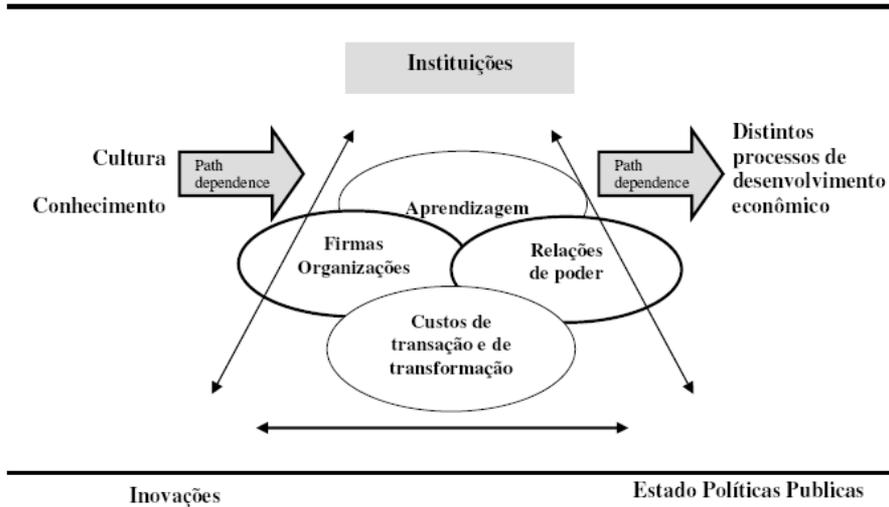
---

<sup>4</sup> Douglass North, para melhor explicar a diferença entre “instituições” e “organizações”, faz uma analogia com os esportes: as instituições são as regras do esporte, enquanto que as organizações são os times, que disputam entre si as partidas, seguindo a regra estabelecida. Muitas vezes as regras são direcionadas para atender as necessidades de determinados times, como é claro perceber, por exemplo, na história econômica do Brasil.

compreender um ambiente complexo, ao mesmo tempo que são altamente dinâmicas (promovem a interação de um número significativo de agentes). Também, as instituições caracterizam-se por apresentar retornos crescentes. Isso significa que, uma vez escolhido um caminho, há a atuação dos mecanismos que reforçam a manutenção da rota optada, que fazem com que a matriz institucional fique *locked in* e seja *path dependence*. Dessa forma, o autor entende que mesmo que as opções institucionais apresentem resultados ineficientes em termos de desenvolvimento econômico, tais instituições tendem a se manter no tempo, pois apresentam retornos institucionais crescentes.

Esse comportamento *locked in* reforça o caráter de *path dependence*, ou seja, as instituições são dependentes de suas próprias trajetórias prévias. A história passada de uma determinada instituição é que definirá a matriz institucional do presente, conformando sua estrutura futura. Assim, entender que o desenvolvimento institucional ao longo do tempo, e seus impactos objetivos sobre o desenvolvimento econômico, é o que chamamos de *path dependence*. Essa questão também explica porque as instituições não “copiam” desempenhos positivos em termos de eficiência econômica: por estarem (as instituições) vinculadas ao estoque de conhecimentos que adquiriram ao longo de sua história, estão sujeitas à construções sociais (fatores culturais, políticos, religiosos, econômicos etc.) resultantes de suas inter-relações. Como as instituições possuem históricos diversos, os resultados de suas opções serão necessariamente diversos. Some-se a isso o fato de que tais instituições atendem a interesses coletivos diversos ao longo do tempo. Isso também explica as diferenças no desenvolvimento institucional e econômico em regiões distintas, mesmo em um mesmo período de tempo.

Para melhor compreender o processo de desenvolvimento econômico, em âmbito histórico e dependente do percurso original, Arend (2004, p.72) apresenta a figura:

**Figura 1**

A figura acima representa, em termos esquemáticos, o processo de desenvolvimento econômico, transmitindo a idéia da necessidade de cooperação/colaboração entre os agentes do mesmo arranjo institucional. Arend (2004:73) aponta que, “a partir de um estoque de conhecimento cumulativo, condicionado pela cultura, o desenvolvimento é dependente, sobretudo, de processos de aprendizagem local, do comportamento das firmas, de relações de poder em determinada sociedade e, também, dos custos de transação e transformação. Essas variáveis, além de influenciarem todo o processo de desenvolvimento, afetam-se umas às outras. Nessa evolução é que as instituições, as inovações e as políticas influenciam o desenvolvimento econômico, acarretando, com que este fenômeno, seja particular e local. Como se vê, não se trata de um processo linear, mas de uma sucessão interativa na qual intervêm várias variáveis”.

Os institucionalistas, assim como os evolucionistas, pelas características intrínsecas de seus recortes metodológicos, introduziram no debate sobre desenvolvimento regional endógeno, um componente importante, qual seja o papel da “história” e das ações dos protagonistas locais, como forma de explicar o surgimento e solidificação de algumas regiões. A partir desta ótica, os modelos de desenvolvimento passam a ser estruturados desde os atores locais, e não mais por meio do planejamento centralizado ou das forças puras do mercado.

Dessa forma, o desenvolvimento regional é encarado como um processo, que para Boisier (1988) é definido como uma “organização social regional”. Tal processo caracteriza-se pela ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores locais. Para Amaral Filho (2001: 267), “com base em valores tácitos ou subjacentes, os atores locais podem antecipar ou precipitar um ‘acidente histórico’ positivo; podem evitar um ‘acidente histórico’ negativo; assim como podem coordenar um processo em curso”.

Um ponto importante para entender o desenvolvimento da serra gaúcha (em especial a zona de colonização italiana) é a diversificação. Observa-se que uma considerável parcela da literatura que trata sobre o tema do desenvolvimento regional enfatiza o papel da especialização – e não a diversificação –, como um fator fundamental às regiões que buscam uma inserção competitiva, seja nos mercados externos como na economia nacional. Não podemos desacreditar esta tese, pois o surgimento e fortalecimento do próprio sistema capitalista deve-se, em boa parte, aos movimentos de especialização, tanto da mão-de-obra quanto dos processos tecnológicos.

Entretanto, o surgimento da indústria nas colônias italianas do RS é marcado pela diversificação. Tal diversificação é um traço marcante da formação histórica da região. Há setores industriais que surgiram concomitantemente aos processos de colonização, como é o caso do setor vitivinícola. Como veremos mais à frente, muitos dos colonos italianos, além de agricultores, traziam ofícios que haviam aprendido na Itália.

Importante ressaltar as contribuições de Garofoli (Apud AMARAL FILHO, 2001), um dos muitos autores que estudaram a constituição de modelos endógenos de desenvolvimento (especialmente na Itália), ao retratar tais modelos como um sistema com coerência interna e aderência ao local. Para o autor, modelos como o desenvolvido em regiões da Itália são constituídos por sistemas de pequenas empresas ou de pequenos empreendimentos circunscritos a um território (como um distrito industrial). Tais sistemas produzem “intensificações localizadas” de economias externas, que “determinam intensas aglomerações de empresas, fabricando o mesmo produto ou gravitando em torno de uma produção ‘típica’” (AMARAL FILHO, 2001).

Essas definições de Garofoli estão baseadas em seus estudos sobre a Terceira Itália, como modelo produtivo de desenvolvimento endógeno. Por mais “perigoso” que possa ser, encontramos muitas similaridades de suas descrições com o modelo existente na região da

Serra Gaúcha. Tais colocações reforçam o caráter institucional e histórico da formação das indústrias de origem colonial no RS. Para tanto, analisaremos mais a fundo as questões históricas que derem origem a formação da indústria vitivinícola do RS.

## **Imigração Italiana e os primórdios da indústria vitivinícola do RS**

Os primeiros vitivinicultores em terras gaúchas, conforme Paz e Baldisserotto (1997), foram os Jesuítas, seguidos pelos açorianos. As correntes imigratórias do século XIX, com os alemães à frente, igualmente cultivaram a videira e produziram os vinhos, mas foi com os italianos que a vitivinicultura mais prosperou. Os vinhedos gaúchos, nos seus primórdios, de acordo com Paz e Baldisserotto (1997), foram organizados com variedades européias, e a partir da segunda metade do século XIX, as variedades americanas (*Isabel*, *Herbement*) foram substituindo as européias por sua facilidade de cultivo.

Os italianos, ainda segundo Paz e Baldisserotto (1997), foram os que incrementaram o cultivo da uva e a produção de vinho. A primeira venda de vinho para fora do Estado foi feita por Antônio Pieruccini, em 1898, em São Paulo e, em 1900, Abramo Eberle realizou outra viagem, vendendo “graspa” e 20 bordalesas de vinho colonial em São Paulo, Santos e Ribeirão Preto.

Cabe salientar que os processos imigratórios da Europa para o Brasil respeitaram critérios geopolíticos da Corte Portuguesa, aliados aos interesses econômicos e de ocupação espacial<sup>5</sup>. É sabido que tais processos se iniciaram, em nível nacional, como alternativa à escassez de mão-de-obra para o trabalho nas grandes “plantations” brasileiras, localizadas principalmente na região do estado de São Paulo, e diretamente orientada para a cafeicultura. No caso das correntes migratórias voltadas para a região sul do país, estas seguiram interesses primeiramente demográficos, buscando o povoamento das terras do sul, evitando assim as freqüentes investidas dos espanhóis por ampliação de seus territórios.

---

<sup>5</sup> É sabido que a colonização do Rio Grande do Sul, por açorianos, alemães e italianos tem longínqua origem no despacho do Conselho Ultramarino da Metrópole lusa, de 22 de junho de 1729, no qual dizia "conveniente que, se não instalando no sul, nas povoações da Colônia e outras, casais de ilhéus, e quando êstes forem insuficientes, se podiam conseguir casais estrangeiros, sendo alemães ou italianos e de outras nações que não sejam castelhanos, ingleses, holandeses e franceses" (in.: Pellanda, 1950:02).

A verdade é que o trabalho do imigrante garantiu a satisfação de problemas de ordem econômica e demográfica, tanto no Brasil quanto na Europa. No caso específico da imigração italiana, Pellanda (1950) apresenta cinco grandes motivos que impulsionaram uma grande massa de trabalhadores para as Américas, em especial os italianos:

a) grande crescimento demográfico europeu, experimentado entre 1815 e 1914 (crescimento da industrialização e primórdios da Primeira Revolução Industrial), que fez com que a população do velho continente saltasse de 180 milhões para 450 milhões de habitantes, “empurrando” cerca de 40 milhões de pessoas aos processos imigratórios, sendo 85% para as Américas;

b) no caso específico da Itália recém unificada (1870)<sup>6</sup>, uma das primeiras medidas do governo foi a supressão das alfândegas regionais, unificando o sistema alfandegário tendo por base a Sardenha (que possuía as taxas alfandegárias mais baixas da região), afetando diretamente diversas economias regionais (relativamente fechadas, mas que conseguiam manter certo equilíbrio), bem como pressionando os preços dos produtos industrializados para baixo, destruindo o restante da produção artesanal, fragilizando ainda mais os pequenos agricultores, que complementavam sua renda com o trabalho em “micro-indústrias” artesanais, localizadas no campo;

c) a unificação alfandegária acentuou ainda mais as desigualdades econômicas e sociais entre o norte da Itália (que se industrializou mais cedo) e o sul (eminentemente agrícola). A preocupação do governo em obter recursos capazes de financiar obras públicas de infra-estrutura (principalmente ferrovias), fez com que se tomassem medidas fiscais impopulares, de supertaxação de bens de primeira necessidade, como foi o caso do aumento dos impostos sobre a produção de farinha e restrição à entrada de cereais vindos das Américas, em geral mais baratos que os produzidos internamente. Tais medidas beneficiaram os grandes produtores, visto que os pequenos agricultores ficavam restritos à produção de subsistência. As populações de baixa renda foram as mais afetadas, pois tiveram de

---

<sup>6</sup> Cabe assinalar que o processo de unificação da Itália não se deu de forma pacífica e instantânea: a unificação inicia-se em 1861, mas somente em 1866 Veneza é anexada; Roma integra o território do “Reino da Itália” em 1870. A Região do Trento somente integra o país após a Primeira Guerra, em 1919. Parece pertinente as palavras de um dos principais articuladores políticos da unificação italiana quando afirma “Nós fizemos a Itália: agora temos de fazer os italianos”.

pagar preços mais elevados para a compra da farinha, item fundamental da dieta italiana;

d) medidas fiscais e alfandegárias afetaram duramente a indústria vinícola italiana como um todo, visto a decisão unilateral do governo italiano em sobretaxar a entrada de vinhos franceses. Como reação, a França também sobretaxou os vinhos oriundos da Itália. Como resultado, as exportações italianas para a França caíram, em três anos (1887 a 1890) dos 300 milhões de litros para 1,9 milhões de litros. A indústria vinícola italiana, composta em sua maioria por pequenas estruturas familiares de produção, localizadas principalmente nas regiões do Vêneto e da Lombardia, viram sua situação, em um curto espaço de tempo, tornar-se caótica;

e) por último, a elevação dos preços dos produtos alimentares provocou um desequilíbrio na dieta da população demograficamente inchada, aumentando os níveis de miséria, subnutrição e doenças (crescem os surtos de malária e pelagra, tipo de avitaminose causada pelo consumo quase que exclusivo de milho e seus derivados). Todos estes motivos, conjuntamente, alimentaram a alternativa da migração, principalmente para a América (o Novo Mundo).

Em sua obra basilar, “História Econômica do Brasil”, Caio Prado Junior (1945) reafirma o caráter dicotômico do processo de “imigração/colonização”, deixando claro que apesar de ser permeado por critérios econômicos, a entrada desta mão-de-obra estrangeira serviu à propósitos distintos: aos cafeicultores de São Paulo, lhes interessava a “imigração” de europeus, destinados a mitigar os déficits de trabalhadores livres nas fazendas; aos governos dos estados do sul do país, serviram para implementar uma estratégia de ocupação e “colonização” de terras com baixa densidade demográfica, com vistas a garantia e manutenção dos territórios, regularmente submetidos aos ataques de tropas cisplatinas. “Em conjunto, a ‘imigração’ superará sempre de muito a ‘colonização’” (Prado Junior, 1945:190).

Essa dinâmica de abastecimento do mercado interno de mão-de-obra estrangeira livre foi arquitetada com base em contratos estabelecidos entre o governo central do Brasil e empresas privadas, responsáveis pelo recrutamento dos trabalhadores na Europa. Tais empresas eram remuneradas por trabalhador que desembarcasse no Brasil. Assim, importava única e tão somente a quantidade, não a qualidade dos imigrantes. Não raro, muitos fazendeiros paulistas se desiludiam com o desembarque de pessoas idosas e/ou incapacitadas para o trabalho no campo (PELLANDA, 1950).

A fim de atrair parte destes imigrantes para o Rio Grande do Sul, a presidência da província instituiu as colônias de Conde D'Eu e Dona Isabel (atualmente Garibaldi e Bento Gonçalves, respectivamente), em 1870. Após isso, “firmou contrato com duas empresas privadas, que deveriam agenciar e introduzir quarenta mil colonos em um prazo de dez anos”<sup>7</sup> (Machado e HERÉDIA, 2003). Esta estratégia do governo provincial se mostrou um fracasso (nos três anos em que esteve vigente o contrato – 1872 a 1875 – ambas as empresas somente conseguiram introduzir menos de quatro mil colonos, em sua maioria oriundos da Alemanha).

A explicação para este fracasso, segundo Pellanda (1950), são dois: a deflagração de campanhas na Alemanha de restrição ao embarque de trabalhadores para o Brasil, difundindo-se a imagem de que os imigrantes sofriam imensas privações aqui; e o fato das defasagens nos valores dos contratos firmados, onde as firmas agenciadoras preferiam negociar com o governo central, visto que este remunerava melhor o ingresso dos imigrantes<sup>8</sup>. Além disso, os próprios colonos preferiam instalar-se no sopé na serra gaúcha, onde já havia colônias alemãs, ficando mais próximos dos focos de urbanização existente na época. Neste quadro de insucesso, o governo provincial desistiu de administrar a colonização do nordeste gaúcho, repassando tal incumbência à administração do governo imperial.

Sobre a colonização do Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XIX, Woortmann (1988:99) aponta:

“O processo de ocupação pelos colonos interessava ao capital num duplo sentido: a valorização das terras e a comercialização da produção. Realizando o objetivo da Lei de Terras, datada de 1850, a colonização transforma terras devolutas em mercadoria, cria um campesinato parcelar ao mesmo tempo em que elimina o posseiro (e os

---

<sup>7</sup> O Presidente da Província, Francisco Xavier Pinto, assinou contrato em 29/04/1871, com a Companhia Caetano Pinto & Irmãos e Holtzweiss & Cia, para a introdução de “40.000 colonos industriais, jornaleiros e principalmente agricultores, no prazo de 10 anos” (MACHADO e HERÁDIA, 2003). O pagamento era feito de forma parcelada: 1/3 em títulos da dívida provincial, ao juro de 7% ao apresentarem as listas dos imigrantes embarcados na Europa; 1/3 nas mesmas condições ao serem entregues no porto de desembarque (Rio Grande) e o terço restante em dinheiro, também nesse ato. Este parcelamento dificultava a execução do contrato por parte das empresas, que deviam arcar antecipadamente com todas as despesas de transporte dos imigrantes.

<sup>8</sup> Enquanto o governo provincial pagava 60\$000 por adulto, o Império pagava 70\$000, conforme contrato firmado com duas empresas inglesas: Mackai Son & Co e Guilherme Hasfield (PELLANDA, 1950).

grupos indígenas, exterminados no bojo do processo), e transforma a propriedade no fundamento da subordinação do capital.”

A Lei de Terras teria um papel fundamental, pois se constituiria no primeiro marco regulatório no sentido de garantir o direito de propriedade aos colonos italianos. Diferentemente de Woortmann, que vê na lei uma espécie de “valorização especulativa” da terra, sob a ótica da NEI, tal regulação, ao se apresentar como um direito de propriedade seguro, incentiva a valoração do recurso (no caso a terra), pelo investimento privado (dos colonos). É com esse espírito de investimento na valorização da terra (através da produção de gêneros alimentícios para a subsistência, inicialmente) que o colonizador italiano se instalará na região nordeste do RS.

A transformação das terras devolutas em “lotes colonizáveis”, gerando pequenas propriedades rurais particulares, regulado por uma série de normas emitidas pelos governos central e provincial, foi o primeiro passo para o surgimento de instituições sólidas que resultariam na prosperidade das colônias anos após. Não podemos desprezar, também, o fato de que os colonos eram impedidos de se utilizar do trabalho escravo, devendo empregar mão de obra assalariada em seus empreendimentos. Esse fato fez fortalecer o surgimento de relações mais claras, duradouras e convenientes aos tipos de contratos que os colonos estavam habituados na Europa.

Em 1875 inicia-se a chegada dos primeiros colonos italianos no Rio Grande do Sul, ocupando as colônias de Conde D’Eu e Dona Isabel, criadas em 1870, originalmente para receber os colonos alemães. Ainda em 1875, o Império cria a colônia de Caxias e em 1877 é criada a quarta colônia italiana no RS, chamada Silveira Martins.

O Rio Grande do Sul que os colonos italianos encontraram era bem diferente do encontrado pelos alemães, iniciaram seu ingresso do estado desde 1824. Segundo Moure (1980), a população da província em cinquenta anos (1825 a 1875) havia quadruplicado, passando dos 110 mil habitantes para 440 mil. De 1824 a 1875, a província passou de cinco municípios para vinte e oito. Havia uma incipiente infraestrutura, que possibilitava o crescimento da província: ferrovia, rede telegráfica, sistema bancário, navegação fluvial a vapor. Além disso, o povoamento das terras altas da serra fez surgir as principais estradas que ligavam os centros urbanos existentes à época com as colônias, permitindo a constituição de uma atividade econômica mais sólida e organizada<sup>9</sup>. É importante ressaltar que os colonos italianos,

<sup>9</sup> Apesar destes avanços, a economia regional da província ainda estava centrada na pecuária e na agroindústria do charque, do couro e de seus derivados. Porém, não se

com seus próprios braços, tiveram papel preponderante na construção destas vias, visto a existência de uma lei que garantia aos trabalhadores rurais localizados nas quatro colônias italianas o pagamento de quinhentos réis por metro corrente construído, por um período máximo de quinze dias ao mês, destinado às obras de construção das estradas. Esta era uma política de estímulo a permanência do colono em suas regiões, visto a desistência de muitos em virtude das dificuldades de acesso aos lotes de terra, bem como as dificuldades de sobrevivência nos primeiros anos, em virtude da incipiente plantação de subsistência.

Das regiões da Itália, agrícola e industrialmente adiantadas, as principais eram a do Vêneto e da Lombardia, províncias de grande densidade demográfica, de onde proveio a imigração para o Brasil, de começo para o Rio Grande do Sul e depois para São Paulo. No Rio Grande do Sul onde, desde 1824, a colonização se fez à base da pequena propriedade: o imigrante italiano, embora sem as vantagens da gratuidade da terra de que gozaram os alemães, fez-se desde início dono de sua lavoura e do lucro do seu esforço, como recompensa natural aos seus sacrifícios dos primeiros tempos.

Analisando os aspectos econômicos da colonização italiana para o Rio Grande do Sul, Moure (1980:96) afirma que a imigração italiana seguiu três etapas básicas: “(a) o estabelecimento dos imigrantes em moldes de uma agricultura de subsistência (1875-1910); (b) o desenvolvimento de atividades vitivinícolas (1910-1950), onde a comercialização de excedentes de produção começa a especificar a área de colonização italiana; e (c) a instalação de cooperativas e empresas de industrialização capazes de aproveitar a produção local, gerando, a exemplo da zona colonial alemã, redefinições ao nível de mercado e nas relações de produção da pequena propriedade (...)”.

Percebe-se que, desde o início, a vitivinicultura assume papel relevante na estrutura produtiva da região da serra. Alguns autores como Iotti (2001) e Moure (1980) justificam este surgimento com a origem dos colonos italianos: estima-se que 54% dos imigrantes eram oriundos do Vêneto; 33% da Lombardia; 7% do Trentino; e 6% das demais regiões da Itália. Estas regiões são tradicionais produtoras vinícolas da Itália, com experiência em produção de vinhos que remonta o Império Romano. Além do conhecimento técnico-produtivo acumulado, tais imigrantes trouxeram em sua bagagem uma secular experiência de

---

pode desconsiderar que a colonização inicia um processo de desconcentração econômica e de poder, que posteriormente dará origem a uma nova forma de concentração, agora industrial, na Serra Gaúcha.

organização republicana. Essa experiência, como relata Putnam (1996, p.138), remonta a formação da comunas no norte da Itália, onde “as práticas do republicanismo cívico propiciaram um grau de participação popular nas deliberações públicas sem paralelo no mundo medieval.”<sup>10</sup> Além do mais, os imigrantes italianos tinham noção de uma instituição econômica que seria de grande valia no Brasil: o crédito. O crédito foi inventado nas repúblicas italianas do norte. Não podemos esquecer que as instituições bancárias do norte da Itália foram responsáveis pelo financiamento das grandes expedições rumo “às índias”, bem como nas navegações portuguesas e espanholas para as Américas. Tais sistemas financeiros, ainda que incipientes, requeriam o estabelecimento de “relações de confiança mútua e a certeza de que os contratos e as leis que os regulamentavam seriam executados de forma imparcial” (PUTNAM, 1996, p.140).

Os primeiros colonos trouxeram consigo mudas de novas variedades de uvas, auxiliando no aperfeiçoamento da qualidade do vinho produzido na região<sup>11</sup>. Passados as duas primeiras safras, que garantiram a subsistência dos colonos, começaram a surgir os primeiros excedentes dos produtos agrícolas e agroindustriais (ainda que de forma rudimentar), dando início a um comércio inter-regional e, logo a seguir, estadual e nacional, a despeito de todas as dificuldades logísticas existentes à época. Além dos produtos agrícolas tradicionais da subsistência colonial (milho, batata, trigo, arroz e feijão), as plantações de uvas se adaptaram muito bem ao clima (principalmente as do tipo Isabel), gerando os maiores excedentes entre os produtos da região. Em 1883, o cônsul italiano em Porto Alegre relatou: “a videira cresce de modo surpreendente. Já no segundo ano dá uva e no terceiro a colheita é abundante. Segundo afirmações de muitos colonos, foi precisamente esta riqueza agrícola que reteve os nossos imigrantes. Em Conde D’Eu produziu-se em 1881 aproximadamente 5.000 hectolitros de vinho. No presente ano espera-se obter o triplo” (COSTA et al, 1999).

---

<sup>10</sup> Este ‘republicanismo cívico’, como denomina Putnam, está baseado no surgimento de instituições formais que garantiram o rápido crescimento comercial das regiões do Vêneto e da Lombardia, alicerçadas na presença de sistemas jurídicos e semi-jurídicos, cujo intuito era dirimir controvérsias, trocar informações e diluir o risco em determinadas operações.

<sup>11</sup> Desde 1824, com a chegada dos primeiros colonos alemães, há produção sistemática de vinho para o consumo próprio dos imigrantes. O vinho “alemão” produzido no RS era tido como de péssima qualidade, muito por conta da baixa adaptabilidade das mudas trazidas pelos colonos germânicos ao clima do RS.

No nosso entendimento, o fato de existirem excedentes de produção, logo nos primeiros anos da instalação das famílias italianas na serra gaúcha deve-se, além das questões institucionais (associativismo e conhecimento técnico acumulado), ao fato de que, diferentemente dos colonos germânicos, os italianos deveriam pagar pelas terras recebidas, bem como pelos equipamentos e maquinários eventualmente concedidos a eles pelo governo. Podemos dizer que este endividamento inicial fez com que surgisse a necessidade premente de destinar parte do produto agrícola para a comercialização nos centros urbanos existentes à época.

Uma gama de legislações, Provincial e Imperial, regulava a colonização das terras desocupadas, criando uma administração central em cada colônia. Um corpo funcional foi designado para a administração dos projetos de colonização e urbanização das áreas antes devolutas<sup>12</sup>. A localização desta sede era escolhida em um lugar conveniente, que posteriormente se transformaria no centro do município. As primeiras instalações destas sedes (havia uma para cada uma das quatro colônias italianas) foram a casa da Comissão de Terras e Colonização, o Barracão para receber os imigrantes, um depósito de materiais e almoxarifado, o cemitério e as residências dos funcionários do governo. Posteriormente eram construídas uma igreja e uma escola (MACHADO e HERÉDIA, 2003). Logo estes núcleos foram sendo ampliados com a construção de mais moradias para os imigrantes que não se adequavam ou não queriam se dedicar às atividades agrícolas, surgindo assim os primeiros estabelecimentos de serviços, como oficinas, funilarias, botequins, casas de negócios etc.

Machado e Herédia (2003) apontam que no final do século XIX, toda a região dava sinais de prosperidade. Muitas pequenas indústrias já tinham sido instaladas. Em Caxias havia 65 moinhos, 41 serrarias, 35 alambiques, 27 ferrarias, 17 engenhos de cana, 9 curtumes, duas funilarias, além de um sem números de outros estabelecimentos. Como resultado do crescimento econômico que as colônias vinham alcançando, em 1884 foram emancipadas as colônias de Caxias, Dona Isabel e Conde D'Eu, passando à condição de distritos. Apenas seis anos depois, em 1890, foi criado o município de Caxias, tendo por sede a Vila de Caxias.

---

<sup>12</sup> Este corpo funcional era formado por: um diretor geral, um engenheiro, dois ajudantes, um subdelegado de polícia, um médico, um farmacêutico e dois fiscais. A legislação previa a constituição de um Conselho Diretor, composto por colonos mais velhos, que na prática nunca foi adotado (PELLANDA, 1950).

A expansão do comércio possibilitou o crescimento das atividades artesanais e industriais, que promoveu na região colonial o aparecimento de indústrias de porte significativo nos setores vinícola, tritícola, madeireira, mecânica, metalúrgica e têxtil (GIRON, 1994). A diversificação industrial da região colocou a economia regional no mercado nacional, garantindo a colocação dos seus produtos mesmo nas épocas de forte depressão econômica. É importante ressaltar que o processo de industrialização da região (tal qual ocorreu no Brasil) se deu anteriormente ao processo de “substituição de importações”, servindo inicialmente ao atendimento das demandas dos núcleos coloniais. Como explica Herrlein Jr. (2000), “a existência de dois pólos econômicos subregionais, apoiados numa estrutura dual de posse da terra, implicou maior distribuição espacial dos capitais e a divisão de esferas comerciais, mas também uma maior diversidade social e produtiva e uma capacidade de desdobramento econômico desconcentrado”. Assim, podemos dizer que a capacidade industrial instalada foi crescendo paulatinamente, se antecipando ao fortalecimento da indústria nacional, principalmente após 1930, com a implementação das políticas de substituição de importações<sup>13</sup>.

Por volta de 1896 o Governo do Estado buscou dinamizar a iniciativa do colono italiano no sentido de obter vinho nacional de boa qualidade. Importou mudas de videira da Europa, fundou uma Estação Experimental de Agronomia, na qual se fizeram as primeiras análises dos vinhos produzidos, aconselhando-se a correção do mosto e outras medidas indispensáveis, sobretudo, à conservação do produto. Cabe ressaltar que neste período o RS vivia um período de ditadura, instituída pela Constituição Estadual de 1891. No comando do estado estava o Partido Republicano Riograndense (PRR), de cunho positivista, que promoveu uma verdadeira ruptura política no RS, deslocando as oligarquias vinculadas à economia pastoril da Campanha gaúcha, enfraquecendo a forma de dominação tradicional e patrimonialista (TARGA, 2002). Na ideologia do PRR, o estado deveria cumprir um papel auxiliar na vida econômica, exercendo uma espécie de tutela social, responsabilizando-se sobre as condições de abastecimento e ocupação da população local. Tais movimentos serviam, ao nosso ver, como forma de “zelar” por um setor incipiente,

---

<sup>13</sup> Devido ao estrangulamento externo, gerado pela crise internacional decorrente da quebra da Bolsa de Nova York, houve a necessidade de produzir internamente o que antes era importado, defendendo-se dessa forma o nível de atividade econômica. Assim, a industrialização brasileira foi projetada para dentro, isto é, visando atender ao mercado interno.

baseado na produção familiar de vinhos, além de servir de forma de legitimação e estabilização do governo<sup>14</sup>.

Em 1898, o governo do RS mandou vir 25.000 mudas e as distribuiu aos colonos de Caxias do Sul, Antônio Prado, São Marcos, Alfredo Chaves, e Bento Gonçalves, e também a alguns agricultores localizados nas colônias alemãs (principalmente São Leopoldo). Houve também investimentos do estado em embalagens e carretos. Neste período, a Estação Experimental de Agronomia estudava a adaptação de viníferas européias ao nosso clima e solo, além de comparar os produtos das castas finas e das comuns, realizava enxertos etc. Desse modo, já em 1901 este Instituto podia distribuir 8.800 bachelos (mudas em forma de galhos) de produção própria, o que continuou a fazer até 1910, quando passou à responsabilidade da Escola de Engenharia. O estado operou através desta Estação Experimental como propulsor da inovação tecnológica e melhoria dos processos de plantio de uvas e produção de vinhos e seus derivados.

Outras ações associativas entre o estado e os produtores foram importantes para a estruturação do setor vitivinícola no final do século XIX e início do século XX. Entre as iniciativas está a formação do Sindicato Vinícola<sup>15</sup>, depois transformado em Instituto Rio-grandense do Vinho, com o fim de regular a produção e obter a progressiva melhora da qualidade da produção, através da substituição da uva Isabel por castas de viníferas e híbridas. Ao lado do organismo oficial de defesa que, então, só congregava as indústrias constituídas, organizaram-se, sob a orientação do agrônomo do Ministério da Agricultura, Dr. Paulo Monteiro de Barros, dezenas de cooperativas de produtores, acentuando ainda mais a desconcentração desta indústria.

A vitivinicultura da região colonial italiana, na Serra Gaúcha, não se comportou de forma diferente: concentrou sua produção, inicialmente, para o consumo próprio local. Posteriormente, com a gradual evolução e adaptação da produção, as vendas foram ampliadas

---

<sup>14</sup> Herrlein Jr (2000) afirma que apesar do PRR representar um poder ditatorial, isso não significava que os governos não tivessem de prestar contas. Pelo contrário, foi preciso apoiar uma série de ações estatais, num discurso público, afim de garantir a estabilidade.

<sup>15</sup> Importante ressaltar que o Sindicato Vinícola não representava os interesses dos trabalhadores vinculados ao setor, mas sim os interesses dos empresários. O principal interesse consistia na manutenção dos investimentos do estado na geração de melhorias das mudas, bem como nos estudos referentes ao aumento da qualidade do vinho. Posteriormente, já como Instituto Rio-grandense do Vinho, adicionou-se o interesse na regulação do mercado produtor, buscando evitar a superprodução, que efetivamente veio a ocorrer em 1928, colocando em risco a estrutura frágil do setor no RS à época.

para os mercados estadual e nacional. As melhorias das variedades viníferas, com o aprimoramento tecnológico dos processos de produção do vinho, fizeram com que a região ficasse reconhecida com posição de liderança do mercado nacional e com pequena, mas progressiva participação no mercado internacional.

Como poderíamos definir este imigrante italiano, fundador da indústria vitivinícola do RS? Certamente é um cidadão que traz em seus genes as características do associativismo, muito presente na região de origem; com extrema capacidade de flexibilidade e adaptabilidade, tanto técnica quanto geográfica. E recentemente, como se dá a dinâmica deste setor?

### **Indústria Vitivinícola do RS: dinâmica recente**

A cultura/produção do vinho no RS pode ser dividida em quatro grandes momentos: a) de 1875 a 1915, onde a produção de produtos da uva era destinada ao consumo familiar e local; b) a partir de 1915, com a inauguração da estrada de ferro que ligava Caxias do Sul a Montenegro, possibilitando o escoamento de produtos coloniais para as principais localidades do estado e do país (desde então, a região de colonização italiana do RS tornou-se o maior centro produtor de vinhos do país); c) as décadas de 60 e 70 foram marcadas pela entrada de empresas internacionais como Chandon, Maison Forestier, Martini, National Distillers, Chateau Lacave, Welch Foods (Suvalan), entre outras, na produção e comercialização de vinhos e sucos; d) a partir dos anos 90, a tecnologia se disseminou entre o setor vitivinícola gaúcho, chegando até às pequenas vinícolas, que começaram a controlar as fermentações, a utilizar leveduras e enzimas e usar tanques de aço inoxidável, que ampliou drasticamente a qualidade e competitividade das firmas gaúchas, inserindo boa parte do produto vinícola gaúcho no mercado internacional (EMBRAPA, 1982; FARIAS, 2006; TONIETTO e MILAN, 2003). Nossa intenção, em um próximo momento, é estabelecer quais foram as principais ações institucionais em cada uma dessas fases, de forma a entender as reacomodações da indústria frente aos diferentes momentos, e qual foi a relação das empresas no setor com o estado, no sentido de minimizar os diferentes impactos de mudanças institucionais em cada período apresentado.

Desde a década de 70 a indústria brasileira de vinhos vem passando por um processo de desenvolvimento e crescimento. Neste período, as empresas têm se preocupado com o lançamento de novos produtos, de maior qualidade e preços, tentando diminuir o hiato, principalmente tecnológico, entre a indústria nacional e a viticultura

de países como Argentina, Chile e alguns países europeus, entre os quais França, Itália, Espanha e Portugal.

A indústria brasileira de vinhos é concentrada, tanto em termos da quantidade e localização das principais empresas produtoras, quanto ao consumo. Cerca de 90% da produção nacional de vinhos está concentrada no Rio Grande do Sul, notadamente na Serra Gaúcha. O consumo também é concentrado. Em 1994, o consumo per capita de vinhos brasileiros era de 1,91 litros/ano. O consumo anual varia muito entre regiões: 1,80 litros no Brasil, 5,77 litros no Rio Grande do Sul e 27 litros na Serra Gaúcha (WRIGHT et al, 1992).

O mercado de vinhos no Brasil compreende basicamente os vinhos de consumo corrente ou vinhos comuns, produzidos a partir de uvas de variedades americanas e híbridas, e vinhos finos, que são elaborados a partir de uvas de castas nobres, da espécie *Vitis Vinífera*. No entanto, Verdier (1992) e Tonietto (1993) apontam para uma queda do consumo de vinhos comuns e um aumento acentuado no consumo de produtos com selos de qualidade, nitidamente os europeus. Isto indica uma tendência por parte do consumidor em procurar por vinhos de melhor qualidade, indiferentes ao preço ou nacionalidade. Até poucos anos atrás, nossa produção vinícola era tida por marginal em qualidade, vistos os problemas agroclimáticos que as uvas estariam sujeitas.

O problema agroclimático da região está associado a duas características básicas: o crescimento médio anual de chuvas e a elevada umidade relativa do ar (EMBRAPA, 1983). Tais problemas trazem como conseqüências a grande ocorrência de problemas fitossanitários e a diminuição da qualidade físicoquímica da uva para vinificação (Prezotto, 1983). Tais problemas demandam correções no mosto, que acarretam um aumento nos custos industriais e implica na perda de qualidade e pureza do produto (Stein Neto, 1991). Além disso, geadas fora de época contribuem para a diminuição da produtividade das parreiras e para o aumento dos custos médios de produção (PREZOTTO, 1983). Estas questões, associadas à significativa participação dos tributos das diferentes esferas incidindo sobre o preço final do produto, acabaram por contribuir para a diminuição da competitividade do setor frente aos principais produtores internacionais.

Para aumento da competitividade dos vinhos da região, segundo Protas et al. (2002), através da melhoria da matéria-prima e racionalização dos custos de produção, faz-se necessário uma maior modernização dos vinhedos tradicionais e improdutivos do Rio Grande

do Sul, a partir de uma política de reconversão sintonizada com as exigências e oportunidades do mercado, e de uma política fiscal que equipare os tributos incidentes sobre o produto brasileiro aos dos nossos competidores.

As reduções nas alíquotas de importações realizadas principalmente a partir do final dos anos 80 e as cláusulas definidas no âmbito do MERCOSUL expuseram o setor vinícola à concorrência com os produtos das maiores regiões vinícolas mundiais, tais como Argentina, Chile, França, Alemanha e Portugal. Por conta disso, ocorreu um aumento expressivo na demanda interna de produtos vinícolas, sobretudo vinhos finos. A relação de comercialização de vinhos finos importados/vinhos nacionais atingiu 37% no biênio 1996/97, passando a 49% no período 2001/2002 (TERUCHKIN, 2003).

De acordo com Teruchkin (2003, p.8),

“No Brasil houve uma redução das alíquotas de importação de vinhos a partir de 1988. Essa, que, no período 1980/87, era em média de 82,3 %, passou para cerca de 45,3 % de 1988/90 e, atingiu em torno de 19% no biênio 1994/95. Em 2000 nas transações do Mercosul ela foi zerada intrablocos e com os demais países a Tarifa Externa Comum foi fixada em 21,5 %.”

O setor vitivinícola, especialmente as empresas focadas na produção de vinhos finos, tem sofrido com a pressão dos produtos importados no mercado brasileiro. Segundo Mello (2007), em 2007, foram importados 57,63 milhões de litros de vinhos finos, o que representa 71,36% do vinho fino comercializado no Brasil. Enquanto a quantidade de vinhos finos nacionais comercializados no país, em 2007, situou-se nos mesmos patamares de 2003, os importados cresceram 115%. O aumento na circulação de mercadorias no cenário internacional em decorrência da globalização da economia aliada aos excedentes crescentes de vinhos e a taxa de câmbio, que favorece as importações, têm colocado o setor de vinhos finos brasileiros em condições desfavoráveis. Em que pese este cenário, o setor está investindo no aumento da qualidade dos vinhos e na promoção de indicações geográficas buscando a valorização do produto pelos valores territoriais e culturais.

Tanto para vinhos comuns como para vinhos finos, prevalecem as transações entre as cooperativas ou cantinas vinícolas e as redes atacadistas ou varejistas. São, de forma geral, produtos homogêneos e de baixa especificidade, onde os riscos associados ao contato são baixos e a frequência da transação é alta, não havendo incentivos para a integração vertical para frente dos estabelecimentos vinícolas,

tampouco para trás pelos distribuidores (CHADDAD, 1996). No caso específico dos vinhos comuns, os canais de distribuição mais comuns são atacadistas e redes de supermercados populares. Estas constatações denotam uma estratégia competitiva baseada em preços baixos, voltada ao consumidor de baixo poder aquisitivo (FARIAS, 2006).

As casas vinícolas (como geralmente se intitulam as vinícolas produtoras de vinhos finos) competem no mercado através da diferenciação por marca e qualidade, comunicadas ao consumidor principalmente através da indicação da variedade no rótulo do produto. Farias (2006) aponta que algumas empresas têm adotado estratégias de investir no embelezamento das embalagens, como garrafas em formas e cores diversificadas, semelhantes a alguns vinhos famosos, especialmente os europeus. Os canais de distribuição mais utilizados são as grandes redes de supermercados e os chamados “pontos-de-dados”, tais como restaurantes, bares e boates. Todo o esforço de marketing das empresas está voltado para o consumidor de renda média e/ou alta.

Recentemente, a imprensa divulgou dados da Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV), apontam que a produção brasileira de vinhos registrou a marca de 3,2 milhões de hectolitros em 2007, mesmo nível de 2005, depois da queda para 2,372 milhões registrada em 2006. No entanto, o índice se situa abaixo do recorde de 2004, quando foram produzidos 3,925 milhões de hectolitros. A tendência é de crescimento da produção, principalmente em resposta ao aumento das áreas de cultivo de uva. Os 66 mil hectares em 2001 aumentaram para 94 mil em 2006. Por enquanto, a produção nacional está voltada para o mercado interno, em alta desde o começo desta década. As exportações continuam pequenas, com 34 mil hectolitros em 2007, 36 mil em 2005 e 30 mil em 2004. Em todo caso, o país se consolida como o quinto maior produtor de vinhos do hemisfério sul com os dados de 2006, sendo superado no mundo apenas por Argentina (14,864 milhões de hectolitros), Austrália (10,3 milhões), África do Sul (8,9 milhões) e Chile (8,4 milhões)<sup>16</sup>.

A acirrada presença de competidores internacionais, bem como de importadores/distribuidores favorece o surgimento de estratégias específicas de internacionalização das empresas da serra gaúcha. Tais

---

<sup>16</sup> Produção de vinhos no Brasil volta a subir em 2007. *Jornal do Comércio*, 05/07/2007. p.23.

estratégias dependem em muito dos arranjos inter e intra-organizacionais, bem como de certo auxílio dos governos, sob a forma de políticas públicas que favoreçam não apenas o aumento das exportações, mas também a internacionalização das empresas. No caso específico do setor vinícola gaúcho, Farias (2006) salienta que o aporte de políticas públicas não se restringe em beneficiar as empresas no sentido de aumentar as exportações. Tais políticas desenvolvem, em maior medida, mecanismo de proteção e medidas de restrição à entrada de produtos estrangeiros no mercado brasileiro. Farias (2006) aponta que, em comparação às políticas públicas implementadas por países produtores de vinho do Mercosul, estas se dão muito mais no campo do amparo e desenvolvimento de mecanismos de inovação tecnológica, seja na melhoria do insumo (uvas varietais), seja na qualificação do processo produtivo.

### Considerações Finais

Olhar a formação da indústria vitivinícola do RS sob o prisma do conteúdo neo-institucional se mostra um exercício eficaz de compreensão histórica dos processos de transformação econômica do estado nos últimos dois séculos. Semelhante a construção de Douglass North, que busca entender os processos de formação da indústria norte-americana como resultado de um processo histórico, aqui também podemos realizar associações semelhantes.

Uma primeira constatação, que contradiz o que North (1990) afirma sob a construção da economia latino-americana, é que as organizações e instituições que promoveram a imigração e a colonização de territórios no RS orientaram-se de forma diversa ao geral das instituições e organizações do restante do país. No Brasil, como de geral à América Latina, personalismo nas relações econômicas e políticas, regulação estatal, direitos de propriedade mal definidos e nem sempre adequadamente defendidos pelo Estado, são algumas das práticas que ao invés de estimular, restringiram a atividade econômica. “O resultado em termos de desempenho econômico desse tipo de evolução institucional é que a matriz institucional dos países latino-americanos irá favorecer o desenvolvimento de organizações *rent-seeker* e desestimular organizações produtivas capazes de elevar a produtividade da economia” (NORTH, 1990, p.9). No RS, em especial nas colônias italianas, o papel do Estado foi altamente indutor do surgimento de organizações produtivas com elevado conteúdo tecnológico, com alta produtividade.

Podemos afirmar que o conhecimento acumulado pelos colonos italianos, trazidos para cá, foi uma das molas indutoras do progresso econômico do RS nos primeiros anos do século XX. Igualmente, a formação de uma matriz institucional, que por um lado atendia os interesses geopolíticos do governo central, mas que acima de tudo colaborou com a vinda dos imigrantes e sua manutenção nas colônias, favoreceram os resultados obtidos.

Para entender a raiz da constituição das colônias italianas no RS é preciso analisar os processos de transferência da propriedade da terra. Esse é um dos pontos em que justificamos a especial utilização dos conceitos de Douglass North. Segundo o autor, uma teoria dos direitos de propriedade é necessária para explicar as organizações econômicas, desenvolvidas pelos indivíduos no intuito de reduzir os custos de transação e organizar a troca. Esses direitos de propriedade dizem respeito ao direito individual de apropriação de seu próprio trabalho e dos bens e serviços que eles possuem (NORTH, 1990, p. 33).

A formação de administrações locais, em cada colônia italiana, mantida por uma estrutura burocrática enxuta, preocupada com a manutenção dos colonos nas terras por eles adquiridas, primeiramente, e a posterior preocupação destas administrações locais com o estabelecimento de melhores condições àqueles que não aceitavam as privações da vida nas terras coloniais, ou daqueles que tinham profissões distintas da lida agrária (sapateiros, ferreiros, comerciantes etc.), a partir da ampliação das atividades vinculadas aos núcleos urbanos, como o surgimento das feiras, dos comércios, das atividades de serviços e o surgimento de indústrias de diversos segmentos.

O papel do estado como fundador de instituições que auxiliaram (e continuam auxiliando) o setor vitivinícola do RS é ponto relevante para o entendimento da estruturação do setor, até os dias atuais. A formação do Sindicato Vinícola, organização responsável pela agremiação dos primeiros produtores de vinho, foi um dos passos decisivos do governo no sentido de estimular a solidificação do setor na economia gaúcha. O investimento na compra de mudas (através da importação), distribuição destas entre os produtores, o incentivo a substituição das plantações de uva Isabel por uvas viníferas (que garantiriam a melhoria imediata na qualidade do produto final) e a criação de uma estação experimental, para auxiliar os produtores com pesquisa e melhoramento tecnológico dos insumos e produtos são algumas das atividades institucionais, promovidas pelo estado, no sentido de ampliar a produtividade das empresas do setor.

Em meados do século passado, os empresários do setor passaram a assumir uma postura mais ativa em sua relação com as instituições até então constituídas, formando associações de produtores. Tais associações, com o intuito de ampliar sua participação na formulação das políticas públicas para o setor, entraram em choque com os interesses particulares de diversas empresas vinícolas, o que eclodiu na formação de diversas entidades, cada qual falando por um grupo de produtores circunscritos a pequenas unidades territoriais. Essas associações tiveram um papel igualmente importante na formação do setor, pois exerceram pressão sobre as decisões das instituições, em diferentes épocas, fazendo com que estas, quando possível<sup>17</sup>, mudassem as “regras do jogo” em benefício dos produtores do setor.

Ao analisar o crescimento do setor vinícola do RS, sob as premissas da NEI, conseguimos analisar, ao menos em parte, a formação econômica industrial gaúcha. Tal formação industrial, regionalmente concentrada na “metade norte” do estado, está intrinsecamente relacionada ao papel das instituições da época como fomentadoras da atividade econômica nas colônias de imigrantes, não somente italianas, mas alemãs, polonesas etc. Inicialmente, podemos considerar que tais instituições, de maneira geral, foram eficientes na promoção de políticas de desenvolvimento regional, pois agiram para reduzir os diversos custos de transação existentes à época, em grande parte relacionados a custos logísticos, de transporte das famílias à sua terra (inicialmente), da construção de infraestrutura de ligação das colônias aos centros urbanos, e do posterior escoamento dos excedentes de produção colonial. Em todos estes movimentos, percebe-se a papel fundamental do estado como indutor deste crescimento, bem como das associações de empresários, como agentes ativos estimuladores do crescimento industrial de suas regiões.

---

<sup>17</sup> Falamos em quando possível, pois recentemente uma das reivindicações dos produtores do setor é o ingresso excessivo de produtos importados. Ocorre que tal fato se deve a uma conjuntura macroeconômica maior, que privilegia a alta dos juros e a valorização do real em relação ao dólar, beneficiando assim, o ingresso de vinhos de regiões fortemente produtoras e exportadoras, como é o caso do Chile e da Argentina, para citar os casos mais significativos na América Latina.

## Referências

AMARAL FILHO, Jair do. A Endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro, n. 23. Jun. 2001. p. 261-286.

AREND, Marcelo ; CÁRIO, Silvio Antonio F . Instituições, Inovações e Desenvolvimento Econômico. In: IX Encontro Nacional de Economia Política, 2004, Uberlandia - MG. **Anais do IX Encontro Nacional de Economia Política**, 2004.

AREND, Marcelo. **Desenvolvimento e desequilíbrio industrial no rio grande do sul**: uma análise institucionalista e neo-schumpeteriana evolucionária. 2004. 240 f. Dissertação (Mestrado em Economia Industrial) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

AREND, Marcelo; CÁRIO, Silvio Antonio F. Origens de Determinantes dos Desequilíbrios no Rio Grande do Sul: uma análise a partir da Teoria Institucional de Douglass North. **Revista Ensaios (FEE)**, Porto Alegre-FEE, v. 26, p. 63-94, 2005.

BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, P. Et al. **Economia Regional**: teorias e métodos de análise. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1988.

CHADDAD, F. R. O sistema agroindustrial vitivinícola da Serra Gaúcha. **20º ENANPAD**. Rio de Janeiro: ENANPAD, 1996. p. 265-278.

COASE, R. H. "The Nature of the Firm", **Economic**, v.4, November, p.386-405, 1937.

COSTA, Rovilio et alli. **As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu**. Porto Alegre: EST – Escola Superior de Teologia, 1999.

EMBRAPA. **Análise descritiva da Microrregião Homogênea viticultora de Caxias do Sul**. Bento Gonçalves: Embrapa. 1982.

FARIAS, C.V.S. Estratégias de internacionalização e competitividade da indústria vitivinícola do Mercosul na década de 90. In.: **Anais Cladea Assembly 2006**, Montpellier – França, 2006.

GIRON, Lorraine Slomp. **As sombras do Littorio** – o facismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Perlada, 1994, p. 36 e 37.

HERRLEIN JR., R. **Rio Grande do Sul, 1889-1930**: um outro capitalismo no Brasil meridional. 2000. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas.

IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e Colonização**: legislação de 1747 a 1915. Porto Alegre / Caxias do Sul, Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/EDUCS. 2001.

LAPOLLI, J. N. et al. **A competitividade da viticultura brasileira**: análise setorial e programa de ação com destaque para o Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Banrisul/EMBRAPA - CNPUV/SEBRAE - RS, 1995.

MACHADO, M. A. y HERÉDIA, V. B. A formação de núcleos urbanos na região de colonização italiana no Rio Grande do Sul. **Scripta Nova**. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2003, vol. VII, núm. 146(065). <[http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146\(065\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-146(065).htm)> [ISSN: 1138-9788].

MELLO, Loiva M. R. **Atuação do Brasil no Mercado Vitivinícola Mundial – Panorama 2007**. Artigos Técnicos. Site Embrapa. Disponível em: [http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/artigos/panorama2007\\_vitivinicola\\_mundial.pdf](http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/artigos/panorama2007_vitivinicola_mundial.pdf). Acesso em 23 de março de 2008.

MELLO, Loiva M. R. **Produção e comercialização de uvas e vinhos**. Artigos Técnicos. Site Embrapa. Disponível em: <http://www.cnpuv.embrapa.br/produva.html>. Acesso em: 23 out. 2002-a.

\_\_\_\_\_. **Atuação do Brasil no mercado internacional de uvas e vinhos**. Site Embrapa. Disponível em: <http://www.cnpuv.embrapa.br/atuamerc.html>. Acesso em: 23 out. 2002-b.

MOURE, Telmo. A inserção da economia imigrante na economia gaúcha. In: Dacanal, José H. E Gonzaga, Sérgio (org.). **RS: Imigração e Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

NORTH, D. Economic performance through time. In: ALSTON, L. et al. (eds.). **Empiric studies in institutional change** Cambridge: Cambridge University Press. 1996.

\_\_\_\_\_. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press. 1990.

\_\_\_\_\_. **Institutions and economic growth**: an historical introduction. *World Development*, vol. 17, n. 9. 1989.

PAZ, Ivoni N.; BALDISSEROTTO, Isabel. A Estação do vinho: A história da estação experimental de viticultura e enologia: 1921-1990. **Cadernos de Pesquisa**. Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul: v. 5, n. 3. 1997, p. 55-78.

PELLANDA, E. Aspectos gerais da colonização italiana no Rio Grande do Sul. In.: **Álbum Comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1950. 36p.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. Décima Edição. Ed. Brasiliense. 1945. 340 p.

PREZOTTO, O. **Curso de atualização técnica em fruticultura temperada**. Fundação Getúlio Vargas, 1983. (Notas Técnicas).

PROTAS, José F. da S. **A vitivinicultura brasileira: realidade e perspectivas**. Artigos Técnicos. Site Embrapa. Disponível: <http://www.cnpuv.embrapa.br/vitivini.html>. Acesso em: 13 out. 2002.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

STEIN NETO, B.E. **A Vitivinicultura do Rio Grande do Sul e a integração econômica Brasil-Argentina**. Dissertação de Mestrado em Economia Rural. Porto Alegre: UFRGS/IEPE, 1991. 141p.

TARGA, L. R. P.; SILVA, E. N. S. A exclusão política da oligarquia tradicional gaúcha. In: Primeiras Jornadas de História Regional Comparada. **Anais...** 2000.

TERUCHKIN, Sonia U. Os vinhos gaúchos: situação e perspectivas. In: 2º Encontro de Economia Gaúcha. **Anais**. PUC/FEE: 2004. On line: disponível em <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/eeg/>. Acessado em 20/03/2005.

TONIETTO, J., MILAN, J. **Arranjo produtivo local Vale dos Vinhedos**. Bento Gonçalves. Embrapa, 2003. 17p.

TONIETTO, J.L. **O Conceito de denominação de origem: uma opção para o desenvolvimento do setor vitivinícola brasileiro**. Bento Gonçalves: Embrapa, 1993. 20p.

VERDIER, D. **Vignes et vins de France: agir pour l'Avenir**. Paris: Journal Officiel, 1992. 202 p.

WOORTMANN, Ellen F. **Colonos e Sitiantes: um estudo comparativo do parentesco e da reprodução social camponesa**. Tese de Doutorado, Brasília, UNB. 1988.

---

WRIGHT, J.T.C. et alli. **Análise prospectiva da vitivinicultura brasileira**: questões críticas, cenários para o ano 2000 e objetivos setoriais. Bento Gonçalves: Embrapa, 1992. 50 p.

**Agradecimentos:** O autor agradece a imensa ajuda da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gláucia Campregher, na leitura exaustiva e crítica pertinente a este trabalho, bem como à CAPES pelo financiamento ao projeto de pesquisa. Os eventuais erros persistentes são de responsabilidade estrita do autor.